

Aprendizagem Baseada em Projetos: potencializando a formação docente em Acessibilidade e Tecnologia

Danielli Veiga Carneiro
Sondermann

Instituto Federal do Espírito Santo
Rod. ES 010, km 6,5, Manguinhos -
Serra - ES - CEP 29173-087 - Brasil
+55 27 3348.9204
danielli@ifes.edu.br

Yvina Pavan Baldo

Instituto Federal do Espírito Santo
Rod. ES 010, km 6,5, Manguinhos -
Serra - ES - CEP 29173-087 - Brasil
+55 27 3348.9204
yvina@ifes.edu.br

ABSTRACT

This study qualitative makes an analysis about the approach based on projects (ABP) from the assumptions of Fagundes, Sato and Nuisance (2008), who argue the BPA as an approach that favors for the student to become a subject more active in its process of construction of knowledge and that learning is something significant, i.e., promoting a dialog to the daily life of students, arousing greater interest and motivation for the content to be developed. In this sense, the use of BPA, while pedagogical proposal in distance learning courses, for learning in the area of Inclusive Education, presented itself as an important methodology applied the theoretical contents and practical, in a few moments complex and different for each type of disability. Through reflective practice, fostered by the learning by projects, the research subjects, students from a post-graduation in field of Educational Technologies presented as results, a learning process in addition to the awareness around the issue and yes, (re)meaning some questions and (re)thinking the educational practice in its entirety.

RESUMO

Este estudo de cunho qualitativo faz uma análise sobre a Abordagem Baseada em Projetos (ABP) a partir dos pressupostos de Fagundes, Sato e Maçada [1], que defendem a ABP como uma abordagem que favorece para que o aluno torne-se um sujeito mais ativo em seu processo de construção de conhecimento e que a aprendizagem seja algo significativo, ou seja, promovendo uma interlocução ao cotidiano dos alunos, despertando maior interesse e motivação pelos conteúdos a serem desenvolvidos. Neste sentido, a utilização da ABP, enquanto proposta pedagógica em cursos a distância, para a aprendizagem na área de Educação Inclusiva, apresentou-se como uma importante metodologia aplicada a conteúdos teóricos e práticos, em alguns momentos complexos e diversos para cada tipo de deficiência. Por meio da prática reflexiva, propiciada pela aprendizagem por projetos, os sujeitos da pesquisa, alunos de uma pós-graduação *lato sensu* pública na área de Tecnologias Educacionais apresentaram como resultados, uma aprendizagem para além da sensibilização em torno da temática e sim, (re)significando algumas questões e (re)pensando a prática educacional em sua totalidade.

Categories and Subject Descriptors

K.3.1 [Computer Uses in Educacion]: Collaborative learning

General Terms

Design

Keywords

Aprendizagem Baseada em Projetos; Acessibilidade; Tecnologia

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas em torno da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva cresceu nos últimos anos, culminando para a aprovação do estatuto da pessoa com deficiência por meio da Lei de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 [1].

Além do atendimento prioritário, a pessoa com deficiência deve ter o acesso a informações e disponibilização de recursos de comunicação acessíveis nos diferentes setores de atendimento ao público. A capacitação inicial e continuada é destacada no estatuto da pessoa com deficiência para a área da saúde. Entretanto, o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantia das condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem também é citado na lei. A inclusão dos conteúdos relacionado a Educação Especial e a Educação Inclusiva nos cursos de licenciatura e de formação de professores tem sido alvo de muitas discussões, pois trata-se de um tema transversal e com muitos desdobramentos acerca do público-alvo atendido pela Educação Especial, que são eles: deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação.

O estatuto da pessoa com deficiência também incentiva o fomento para a capacitação tecnológica de instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de tecnologias assistiva e social que sejam voltadas para melhoria da funcionalidade e da participação social da pessoa com deficiência. Assim como, conforme o artº. 55 da Lei de nº 13.146, “[...] a inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior e na formação das carreiras de Estado” [2].

Diante do contexto apresentado e de pesquisas na área da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva [3] [4] [5] [6] observa-se que a inclusão deste conteúdo nas matrizes curriculares é algo complexo, mas desejável na sociedade contemporânea, que clama para além da sensibilização sobre a temática, ações que realmente favoreçam o processo de ensino-aprendizagem do público atendido pela Educação Especial e isto passa pelos processos de formação

dos docentes que irão atuar com este público, de característica diversa e que se apresenta com muitas especificidades.

A Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP) - Project-Based Learning (PBL) e suas características como uma prática pedagógica que envolva os alunos em sua construção de conhecimento têm se mostrado como uma importante aliada aos conteúdos que envolvem a Educação Especial que requer práticas inovadoras e constante aprendizagem. Segundo Bender [7], a Aprendizagem Baseada em Projeto (ABP) consiste "em permitir que os estudantes confrontem as questões e os problemas do mundo real que considerem significativos, determinando como abordá-los e, então, agindo de forma cooperativa em busca de soluções".

A partir de uma proposta utilizando a ABP, este artigo tem como objetivo de promover uma interlocução entre práxis pedagógica e os processos formativos, potencializando diálogos e reflexões por meio de um estudo de caso realizado no curso de Pós-graduação Lato Sensu em Tecnologias Educacionais ofertada na modalidade a distância, de uma instituição pública de ensino, na disciplina de Acessibilidade e Tecnologia, cujo tema transversal foi a realização de um projeto, em uma escola que tivesse algum aluno com deficiência.

Os conteúdos discutidos durante à formação estabeleçam uma prática reflexiva a cada atividade, por meio da teoria e da prática vivenciada na escola escolhida pelos participantes de cada grupo. Os resultados contribuem para demonstrar o quanto a ABP contribuiu na aprendizagem dos alunos . a partir da coleta de dados e análise do perfil diagnóstico da turma demonstraram a construção do conhecimento a partir de um mundo até então 'invisível' para alguns alunos-professores, obtendo aprendizagens que fizeram e/ou farão a diferença em sua prática e de sua comunidade escolar. E, também, para desmistificar que o fato de um curso ser ofertado na modalidade a distância, isso não está relacionado a ausência de práticas, de pesquisas e de encontros presenciais como potencializadores do processo de ensino-aprendizagem.

A motivação pela escrita deste artigo perpassa pela crença de que a interlocução entre práticas inovadoras e o uso de tecnologias educacionais apresentam-se como um caminho possível em prol da inclusão das pessoas com deficiência e dos processos formativos em torno da temática.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA E A APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS

O movimento da Educação Inclusiva no Brasil se fortaleceu em 1988 com a Constituição Federal, que prevê pleno desenvolvimento dos cidadãos sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade ou quaisquer outras formas de discriminação. A Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de dezembro de 1996 já contemplava a Educação Especial, mas ainda deixava em aberto a possibilidade de educação das pessoas com deficiência tanto em escola comum quanto nas especializadas. Alterações feitas na LDB modificaram a sua redação, ampliando a abrangência nessa modalidade de ensino [8].

A nova redação dada pela Lei de nº 12.796 [9], artº. 58, conceitua a educação especial como "[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação". Alguns autores, preferem a ideia da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. É importante destacar que na LDB [8], o artigo 59, garante ao público-alvo da Educação Especial, ou seja, aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; [...]

É perceptível que existem esforços do Governo Federal do Brasil no sentido de (re)formular políticas públicas que tratam do direito de pessoas com deficiências terem acesso à educação no ensino regular. Mas apenas a existência de regulamentações não garante a inclusão 'de fato'. É preciso prover mecanismos para que desde a formação inicial até a continuada, o planejamento educacional e as práticas pedagógicas sejam desenvolvidas para garantir o tripé: ingresso, permanência e qualidade no ensino.

A inclusão escolar dos alunos com deficiência deve avançar para além das questões de cunho 'clínico' e ou assistencialista. Segundo Santos [11], p. 64:

A articulação restrita das políticas públicas e a precariedade da organização da maioria das escolas e das ações pedagógicas dificultam a incorporação das necessidades de aprendizagem desses estudantes nas atividades vivenciadas pelo grupo de uma sala regular. Acrescenta-se a isso a persistência de uma visão clínica, baseada na ideia que esses estudantes necessitam de intervenções 'curativas' às suas 'deficiências', em detrimento do acesso ao conhecimento comum trabalhado no coletivo da turma.

Viabilizar a inclusão escolar perpassa pelo repensar da organização da escola e do trabalho educativo visando atender às necessidades dessas pessoas e permitindo a construção do conhecimento de maneira efetiva [12].

Nesse sentido recorre-se a Vygotsky [13], por sua vez, chama a atenção sobre o processo de ensino-aprendizagem decorrente de relações entre os seres humanos, do ambiente (físico e cultural), dos instrumentos e da linguagem utilizada. Dentre os instrumentos, tem-se tecnologias assistivas como grandes aliadas, se planejadas adequadamente, para proporcionar formas diferenciadas de interação professor-aluno e aluno-aluno, de mediação que possibilitem avanços significativos no desenvolvimento e no processo de construção de conhecimentos das pessoas com deficiência.

Em termos de acessibilidade, a escola deve prover atenção no que diz respeito acessibilidade atitudinal, por meio de programas e sensibilização da comunidade acadêmica em geral, evitando preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Ademais, questões sem barreiras físicas (arquitetônica) e no apoio à

formação para as adaptações de cunho comunicacional, metodológico, instrumental e programático, garantidos por meio de regulamentos e normas em geral.

É preciso que desde o início do processo vá ficando cada vez mais claro que, embora diferente entre si, quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É neste sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos nem formar é ação pela qual um sujeito criador dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem a condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender [14].

Após as contribuições de Vygotsky [13] e Freire [14], que reforçam a importância do sujeito ativo em seu processo de construção de conhecimento e ao pensar na formação docente, a aprendizagem baseada em projeto apresenta-se como um modelo de ensino que colabora para que os alunos confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos, determinando como abordá-los e, então, agindo de forma cooperativa em busca de soluções. É comum os alunos selecionarem aspectos e ambientes relacionados à sua atividade diária e são motivados por problemas do mundo real que podem, e em muitos casos irão, contribuir para sua comunidade acadêmica e para a sociedade de maneira geral. Nesta direção, conforme já apresentado, a ABP mostra-se uma importante técnica de ensino para a formação na área de Educação Especial, uma área interdisciplinar e que necessita de uma visão sistematizada de todas as questões inseridas. Assim, a ABP potencializa a construção de conhecimento, por meio de projetos autênticos e realistas, baseados na questão da inclusão escolar, de maneira motivadora e envolvente [7].

Na ABP, os estudantes precisam planejar cooperativamente as ações de suas equipes à medida que avançam na solução e/ou conhecimento do 'problema', desenvolvendo um plano de ação e elaboração de diretrizes/orientações para o desenvolvimento de seus produtos, artefatos e/ou práticas adotadas.

Segundo Fagundes [15] uma metodologia de Projetos de Aprendizagem, devem abordar uma prática flexível, ficando os docentes como mediadores do processo. Os alunos organizam o desenvolvimento da pesquisa, redefinindo conteúdos prioritários para sua autoaprendizagem. O Quadro 1 faz uma comparação entre o Ensino por projetos e a Aprendizagem por projetos [1].

Quadro 1 - Ensino por projetos versus Aprendizagem por projetos

	Ensino por projetos	Aprendizagem por projetos
Autoria: <i>Quem escolhe o tema?</i>	Professores, coordenação pedagógica	Alunos e professores individualmente e, ao mesmo tempo, em cooperação
Contextos	Arbitrado por critérios externos e formais	Realidade da vida do aluno
A quem satisfaz?	Arbitrio da sequência de conteúdos	Curiosidade, desejo, vontade do aprendiz

	currículo	
Decisões	Hierárquicas	Heterárquicas
Definições de regras, direções e atividades	Impostas pelo sistema, determinações sem optar	pelo grupo, Elaboradas pelo consenso de alunos e professores
Paradigma	Transmissão do conhecimento	do Construção do conhecimento
Papel do professor	Agente	Estimulador/orientador
Papel do aluno	Receptivo	Agente

Fonte: Fagundes, Sato e Maçada [1].

Neste artigo, o recorte escolhido da pesquisa que será descrito a seguir, envolve o mapeamento da situação encontrada nas escolas pesquisadas pelos alunos, referente à inclusão escolar por meio de um projeto, a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos. A construção de um plano de ação e de medidas interventivas são objetos de trabalhos futuros desta pesquisa. Neste artigo optou-se em descrever o 'processo' da pesquisa e as aprendizagens produzidas por meio da ABP.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta pesquisa de cunho qualitativo se deu por meio de um estudo de caso, envolvendo uma turma de alunos de um curso de pós-graduação na área de formação de professores na disciplina de Acessibilidade e Tecnologia.

A disciplina escolhida para a pesquisa baseada na abordagem da aprendizagem por projetos foi definida considerando sua ementa e a relação com a temática na área de Educação Especial. A pesquisa foi realizada no segundo semestre de 2015 e caracterizada pela maioria dos alunos serem docentes da rede pública de ensino em diferentes área de conhecimento.. A turma era composta inicialmente por 30 alunos, com predominância para residentes em municípios da Grande Vitória (Serra e Vitória), tendo a sua maioria do gênero feminino (71,1%) e o masculino com 28,3%. As faixas etárias foram organizadas da seguinte forma: de 20 a 30 anos (13,3%), de 31 a 40 anos (41,7%), de 41 a 50 anos (36,7%) e mais de 50 anos (8,3%). Mais da metade dos alunos já possuíam uma pós-graduação e 58,3% são casados. Somente um dos alunos trabalhou como professor da área de Educação Especial, o restante relataram pouco ou nenhum contato de alunos com deficiência.

A disciplina foi ofertada na modalidade a distância, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) - Moodle, durante seis semanas e todas as atividades estavam relacionadas a um projeto de intervenção em uma escola, escolhida pela grupo. O único critério estabelecido pelos docentes que ministravam a disciplina e que a escola escolhida deveria ter pelo menos um aluno com deficiência. Os conteúdos discutidos ao longo da realização do projeto foram: conceitos sobre Educação Especial e Educação Inclusiva, aspectos legais, tipos de deficiência e de acessibilidade, tecnologias assistivas. As discussões teórica-prática ao longo da disciplina e os diferentes tipos de deficiência apresentados favoreceram a construção do conhecimento por meio do diálogo e das reflexões propostas.

4 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Os dados foram coletados no período de Agosto a Dezembro de 2015 por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) -

Moodle (Figura 1), ambiente escolhido para a oferta da disciplina e para armazenamento dos dados da pesquisa, por discussões em grupos ao longo da disciplina e por alguns documentos disponibilizados.



Figura 1 - Ambiente Virtual de Aprendizagem da disciplina

Acessibilidade e Tecnologia

Fonte: As autoras

O uso do recurso de Fórum enquanto 'expositor' das atividades em andamento permitiu a colaboração e cooperação para o desenvolvimento do projeto. Ao todo foram 13 escolas pesquisadas, em sua maioria localizadas na Grande Vitória. Entre elas, somente uma era instituição particular de ensino, as demais eram escolas públicas. Seis das escolas pesquisadas não possuem sala de recurso multifuncional, somente três escolas possuem outros profissionais, tais como: psicólogos, enfermeiros e/ou médicos. Em termos de acessibilidade física, a maioria possui rampas e banheiros adaptados. As deficiências encontradas nas escolas pesquisadas foram: autismo, distrofia muscular de Duchenne, surdez, física (cadeirante), síndrome de Down e visual. Além das crianças com altas habilidades/superdotação.

A maioria dos alunos-professores em formação relataram a dificuldade e o desconhecimento para o atendimento aos alunos com deficiência na escola pesquisada e no seu cotidiano escolar. Alguns, sensíveis a causa, por iniciativa própria buscaram caminhos possíveis para a inclusão destes alunos e modificaram sua prática pedagógica de acordo com o tipo de deficiência identificado. Estes relatos, apesar de serem situações descritos em diversas pesquisas na área de Educação Especial, estes dados foram importantes para identificar a evolução do grupo após o período de formação de apenas seis semanas e como a ABP foi importante para a construção do conhecimento.

Outra questão citada ao longo do curso foi a falta de formação inicial relacionada à Educação Especial, colaborando para a insegurança e o despreparo no atendimento aos alunos com deficiência.

Ao longo da pesquisa, os alunos-professores perceberam o descaso de algumas instituições de ensino com relação à acessibilidade, a contratação de profissionais específicos, a falta de planejamento

integrado, a importância da relação família/escola, a atenção à baixa visão (muitas vezes disfarçadas por meio dos óculos), a desmistificação do conceito de um aluno com altas habilidades e outras questões que comprovam a importância da formação em prática dos docentes e apresenta o resultado de como ABP pode contribuir para a aprendizagem do aluno:

A teoria sem a prática vira 'verbalismo', assim como a prática sem teoria vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade (Paulo Freire). E é esta a sensação que fica após este seminário. Visualizamos experiências e valores presentes em nossas escolas que têm permeado toda a sociedade.

Com esse seminário aprendemos sobre diversas deficiências e um fato muito interessante foi o de não termos assuntos repetidos. [...] Uma experiência enriquecedora (aluno em formação, 06/07/2015, via Fórum).

Nas escolas que possuem professor de Educação Especial, as questões mais suscitadas foram a dificuldade em encontrar meios para adaptar os recursos e os materiais de forma que realmente favoreçam o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. E também, a resistência e o desinteresse de alguns professores no processo de inclusão destes alunos.

[...] os professores sempre alegam que não tem tempo pra realizar dois planos e que o aluno especial tem muita dificuldade de aprendizagem, o que demanda muito tempo para atendê-lo de forma individual, enquanto isto os outros alunos não tem paciência de esperar, ou reclama se fica toda hora voltando a matéria (Professora de Educação Especial, comunicação verbal - 2015).

Se de um lado encontra-se a falta de formação e/ou tempo e motivação para as questões da inclusão escolar, do outro lado tem-se alunos ávidos pelo saber e pela colaboração para com a escola. Ao serem questionados durante a pesquisa sobre o que gostariam de encontrar na escola, os alunos com algum tipo de deficiência relataram o desejo de sentir o interesse do professor em sua aprendizagem, mais compromisso na divulgação e nas questões necessárias relativas à sua deficiência, escola com aulas extras no final de semana, um laboratório de informática mais preparado, acessibilidade física, material didático digital, salas de recursos multifuncionais, atividades que proporcionem interação com outros colegas e mais aulas práticas.

É certo, que o desejo de cada aluno está diretamente relacionado ao seu tipo de deficiência, entretanto, se a escola refletir e compreender que as questões ligadas à inclusão favorecem a todos pode-se pensar em um caminho rumo ao processo efetivo de inclusão no ensino regular para além da sociabilização. Optou-se por um recorte final com poucas palavras, mas que resume o sentimento de muitos alunos com deficiência. Quando questionado sobre como a escola poderia ajudar em seu aprendizado, um dos alunos, diagnosticado com Síndrome de Asperger, diz: "Sei lá! Não ter um conhecimento mecânico, sabe? Tem que abrir mais o pensamento" (07/06/2015, informação verbal).

E nos processos de formação a ABP pode ser uma importante prática pedagógica, em especial para os futuros docentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da pesquisa realizada foi possível aproximar e promover uma interlocução sobre o cenário escolar e a prática realizada nos aspectos referentes à inclusão das pessoas com deficiência e como a formação aliando a teoria e a prática no ambiente escolar facilita o processo de ensino-aprendizagem. Percebeu-se a angústia, muitas vezes dos alunos com deficiência, outras dos professores de Educação Especial, outras dos 'alunos-professores' que conheceram a realidade da escola. Houve também uma maior conscientização de que é possível promover a inclusão desde que esse esforço seja uma 'causa coletiva', de todos os envolvidos com a pessoa com deficiência (profissionais da escola e família).

Nesta pesquisa observou-se que é preciso intervir na realidade mesmo diante das impossibilidades que se configuram, do contrário a inclusão pode ficar mais distante mesmo com as garantias previstas nas legislações vigentes. Algumas questões são atitudinais e possíveis, tais como: apresentar o aluno e suas limitações a toda a comunidade escolar, prover a interlocução escola e família, usar o espaço da sala de aula como ambiente de construção de conhecimento em práticas diferenciadas que atendam o maior número de alunos, independente de aspectos relacionados à deficiência. Um exemplo disso seria criar algo concreto (tátil) sobre determinado conceito, além de favorecer a todos, irá também facilitar a aprendizagem de um aluno com deficiência visual.

Os resultados desta pesquisa apresentam como se deu o processo de aprendizagem dos alunos na disciplina de Acessibilidade e Tecnologia por meio da Abordagem Baseada em Projetos, consolidando um breve panorama sobre as fundamentações, os desafios e as interlocuções necessárias entre os sujeitos envolvidos no processo de inclusão. Há um caminho a ser trilhado para a implementação e regulação do estatuto da pessoa com deficiência e um deles perpassa pelo processo de formação da comunidade escolar e este deve estar inserindo em um processo de prática reflexiva. Como trabalhos futuros pretende-se continuar a pesquisa visando à construção de um plano de ação e de medidas interventivas no sentido de aproximar os sujeitos e as escolas pesquisadas ao processo de inclusão que beneficie a todos.

Esta pesquisa de cunho qualitativo se deu por meio de um estudo de caso, envolvendo uma turma de alunos de um curso de pós-graduação na área de formação de professores na disciplina de Acessibilidade e

6. REFERENCIAS

- [1] FAGUNDES, L. C.; SATO, L. S.; MAÇADA, D. L.. Aprendizagem do futuro: as inovações começaram!. São Paulo: Agência Espacial Brasileira, 2006. Disponível em: <http://www.oei.es/tic/me003153.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.
- [2] BRASIL. Lei de nº 13.146 de 06 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127>. Acesso em: 02. maio. 2016.
- [3] PRIETO, Rosângela G. Educação para todos: reflexões sobre o atendimento escolar dos portadores de deficiência. In: Educação em Foco. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2000.
- [4] KASSAR, Mônica. de C. M.; ARRUDA, Elcia E. de; BENATTI, Marielle M. S. Políticas de inclusão: o verso e o reverso de discursos e práticas. In: JESUS, Denise. M. de; BAPTISTA, Cláudio. R.; BARRETO, M. Aparecida. S.; VICTOR, S. L. (Orgs.). Inclusão: práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Porto Alegre: Mediação, 2007, p. 21-31.
- [5] BUENO, José Geraldo Silveira. As políticas de inclusão escolar: uma prerrogativa da educação especial. In: BUENO, José G. S; MENDES, Geovana M. L; SANTOS, Roseli A. dos (Org.). Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise. Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: Capes, 2008. p. 43-63.
- [6] FREITAS, M. C. O aluno incluído na educação básica: avaliação e permanência. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção educação & saúde; 9).
- [7] BENDER, W. N. Aprendizagem baseada em projetos: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso, 2014. 156p.
- [8] BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996. Que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso: jul. 2013.
- [9] BRASIL . Lei de nº 12.796 de 04 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm>. Acesso em: 02. nov. 2015.
- [10] RAIÇA, D. Tecnologia e Educação inclusiva. In: RAIÇA, D. (Org.). Tecnologias para a Educação Inclusiva. São Paulo: Avercamp, 2008. p. 19-34.
- [11] SANTOS, E. C. A inclusão escolar e a família da criança com autismo. In: PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA (Orgs.). Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar. Campinas, SP: Papirus, 2013. P. 59-87
- [12] SANTOS, E. C.; OLIVEIRA, I. M. Trabalho Pedagógico e autismo: desafios e possibilidades. Revista FACEVV, v. 10, p. 46-58, jan./jul. 2013. Disponível em: <http://www.facevv.edu.br/Revista/10/Artigo4.pdf>>. Acesso em: set. 2013
- [13] VIGOSTSKI, L. S. A formação social da mente. 6ed. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto e Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- [14] FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra (Coleção Leitura), 1996.
- [15] FAGUNDES, L. da C.; SATO, L. S.; MAÇADA, D. Aprendizagem do futuro: as inovações começaram. Cadernos Informática para a mudança em Educação. MEC/SEED/ProInfo, 1999.